



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Ricardo Ayres (Republicanos/TO)

CPI FUTE

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar esquemas de manipulação de resultados em partidas de futebol profissional no Brasil

REQUERIMENTO Nº , 2023

(Do Sr. Ricardo Ayres)

Requer a solicitação de Audiência Pública com o Promotor do Ministério Público de Goiás, para que contribua com informações importantes para esta Comissão.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º e § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 36 e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as necessárias providências para convidar o Exmo. **Promotor do Ministério Público de Goiás, Fernando Cesconetto**, com objetivo tomar conhecimento acerca da Operação Penalidade Máxima, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito

JUSTIFICAÇÃO

A Operação Penalidade Máxima é o novo marco no combate à manipulação de resultados e ao esquema de apostas no futebol brasileiro. Já são meses de investigações, prisões preventivas, muitos jogadores investigados e denunciados e outros sob atento olhar do Ministério Público de Goiás e equipe GAECO, que iniciou o trabalho.

O Exmo. Promotor Cesconetto lidera as investigações da operação Penalidade Máxima, que mira um grupo que aliciava jogadores e fraudava apostas de campeonatos estaduais e do Campeonato Brasileiro. Até agora, 15 atletas foram denunciados pelo Ministério Público, que agora mira novos integrantes da suposta quadrilha e o esquema para lavagem do dinheiro obtido.

Câmara dos Deputados | Anexo III – Gabinete 270 | CEP: 70160-900 – Brasília/DF
Tel (61) 3215-5270 | dep.ricardoayres@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Ayres

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239689594600>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Ricardo Ayres (Republicanos/TO)

A investigação do MP-GO foi iniciada a partir de uma denúncia do presidente do Vila Nova, por um fato ocorrido em uma partida da Série B de 2022. A quadrilha na mira da Promotoria abordava jogadores e oferecia dinheiro para que eles fizessem determinadas ações nos jogos —como tomar um cartão ou cometer um pênalti. Os aliciadores ofereciam valores de R\$ 50 mil a R\$ 500 mil, e atletas foram ameaçados em casos em que o plano deu errado.

A operação já ofereceu denúncias, inclusive contra jogadores, e realizou prisões preventivas. Em meio às revelações do caso, clubes brasileiros afastaram preventivamente pelo menos nove atletas citados por apostadores.

Sendo assim, a audiência solicitada permitirá que os membros da CPI obtenham informações que podem contribuir com objeto da Comissão.

Deputado Federal RICARDO AYRES
(REPUBLICANOS/TO)

